

## Removidos, movimento social e Estado: relações acerca da *luta* política no pós-Pinheirinho<sup>1</sup>

Fabricio Barretti (UFSCar - SP)

### Resumo

O caso da reintegração de posse da ocupação urbana Pinheirinho, realizada em janeiro de 2012 na cidade de São José dos Campos (SP), tornou-se emblemático no que toca a questão do direito à moradia no Brasil, trazendo à tona não apenas o problema do déficit habitacional das cidades como também da repressão policial para se cumprir ordens judiciais de remoções. Assim, este trabalho pretende trazer reflexões sobre a atual situação dos ex-moradores que aguardam o término das obras do conjunto habitacional Pinheirinho dos Palmares pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); momento este que se expressa na *lista* de ex-moradores levantada pelo Movimento Urbano dos Sem-Teto (MUST) — representante dos ex-moradores perante os órgãos estatais — e na construção das *pastas* com os documentos exigidos pela Caixa Econômica Federal, a fim de obterem o direito à casa própria no futuro bairro. Para tal propósito, será explorado como são mobilizadas as noções de luta política, Estado, casa e memória nas reivindicações tanto da coordenação do MUST como dos ex-moradores, não apenas nas assembleias quinzenais — onde ocorre parte da pesquisa de campo —, mas também nos eventos convocados pelo movimento, como protestos e visitas às obras. Dessa maneira, pretende-se expor como diversas categorias, agenciamentos e discursos se interconectam nesse momento de espera da conclusão das obras, no qual ainda há negociações entre movimento social, Prefeitura e Caixa Econômica Federal no que diz respeito ao andamento da construção do conjunto habitacional e aos problemas com a montagem das *pastas* de documentos em que alguns ex-moradores se situam, tais como certidões — principalmente relacionados a casamentos — e da renda declarada que ultrapassa o limite estipulado, tendo em vista a previsão de entrega das obras que já se encontra adiada duas vezes: de setembro de 2015 para março de 2016, e deste para junho do mesmo ano.

**Palavras-chave:** Pinheirinho; luta política; habitação urbana.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB. Este trabalho é fruto de uma bolsa de pesquisa de mestrado em andamento junto ao PPGAS/UFSCar, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) através do processo nº 2015/15620-0. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

## 1. Introdução: o caso Pinheirinho

No feriado de Carnaval de 2004, especificamente na madrugada do dia 25 de fevereiro, aproximadamente 240 famílias ocuparam um terreno abandonado na zona Sul da cidade de São José dos Campos, interior do estado de São Paulo (DIAS DE ANDRADE, 2010). Essa seria uma terceira tentativa de ocupação dessas famílias na região: a primeira ocorreu nas “*casinhas*<sup>2</sup> da CDHU” (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), na qual a Tropa de Choque da Polícia Militar as retirou, fazendo-as se deslocarem a um segundo local, o *Campão*, também na zona Sul da cidade, onde levantaram barracas de lona e permaneceram por volta de dois meses. A saída desse último local se deu por encontrarem um novo terreno, com uma área maior e abandonada, e que viria a ser chamado de Pinheirinho; nome que remete às árvores que acompanhavam sua calçada.

Fundada e organizada pelo Movimento Urbano dos Sem-Teto (MUST), que mantinha estreitas relações com o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)<sup>3</sup> até 2013, o *acampamento*<sup>4</sup> viu seu número de moradores aumentar em quase oito vezes, chegando a um número em torno de 1800 famílias no momento da etnografia de Dias de Andrade (2010), expandindo-se principalmente por “redes de vizinhança e consangüinidade que seus moradores detinham antes de chegar ao *movimento*<sup>5</sup>” (DIAS DE ANDRADE, 2010, p. 72, grifos meus).

Divididos em quatorze *setores* com lotes igualmente demarcados desde seu início, o Pinheirinho contava com duas assembleias semanais, embora outras pudessem ocorrer conforme as circunstâncias. A primeira delas era realizada às terças-feiras, e ocorria em cada um dos *setores*, que possuía um(a) coordenador(a) responsável. A outra era a assembleia geral de sábado, que contava com a presença de moradores de todos os *setores* e dos(as) coordenadores(as), além de membros do PSTU. Esta era conduzida por Marrom, principal liderança do *movimento*, e, à época, filiado ao partido citado.

Tais assembleias não diziam respeito apenas à organização e resolução de problemas que viesse a ocorrer dentro do *acampamento*, mas também sobre a situação da ação

---

<sup>2</sup> Palavras em itálico denotam termos e categorias mobilizados pelos próprios atores sociais.

<sup>3</sup> Tal partido fornecia amparo jurídico com seus próprios advogados, principalmente na questão do processo de reintegração de posse, que já havia sido iniciado desde o mesmo ano do início da ocupação, ou seja, 2004.

<sup>4</sup> O termo “acampamento” é posto como sinônimo à “ocupação” tanto nas falas da *coordenação* do MUST como nos relatos de Dias de Andrade (2010), que realizou uma etnografia no local para sua dissertação de mestrado.

<sup>5</sup> *Movimento*, em itálico, refere-se ao Movimento Urbano dos Sem-Teto (MUST) doravante.

judicial de reintegração de posse feita pela Massa Falida da empresa Selecta Comércio e Indústria S.A., titular do registro de propriedade do terreno, já no mesmo ano da ocupação, em agosto de 2004. Esse quadro se desenrola por quase oito anos, mesmo com tentativas de negociações entre setores da esfera municipal, estadual e federal — dentre eles até mesmo políticos eleitos — para regularização da área, visto que a União demonstrava interesse para tal.

No dia 21 de janeiro de 2012, sábado, os moradores do Pinheirinho festejaram a suspensão de mais uma liminar de reintegração de posse após Toninho Donizete, advogado e membro do PSTU, anunciá-la em assembleia. No entanto, a boa notícia teve vida curta: na virada para o dia 22 de janeiro, domingo, por volta das seis horas da manhã, aproximadamente 2 mil policiais<sup>6</sup> já estavam a postos para realizar a desocupação do terreno. Mesmo com a formação de um grupo de resistência, denominado pelos próprios moradores de *Tropa de Elite*, munidos de capacetes de motocicleta, barris de plástico cortados ao meio como escudo, pedaços de pau e pedras, o terreno foi reintegrado e os moradores expulsos de suas casas com balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio.

Ainda nesse cenário, foram encaminhados a um abrigo provisório no *poliesportivo*, um parque cercado por grades de ferro na frente do terreno do Pinheirinho, onde a Prefeitura realizava o cadastramento das famílias despejadas. Nem todos adentravam o parque, visto que a repressão policial ainda ocorria nesse segundo local, mesmo com a *Tropa de Elite* já dispersa. Pessoas eram identificadas com pulseiras quando dentro do *poliesportivo*, e não eram poucos os relatos que descrevia a cena como uma guerra.

Após esse momento, outros abrigos improvisados foram disponibilizados para as aproximadamente 1800 famílias despejadas. Dois dias depois da reintegração de posse, o governador do estado, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou o Aluguel Social, quantia de R\$ 500 reais mensais destinadas às famílias expulsas<sup>7</sup>, e no dia 31 do mesmo mês o auxílio começou a ser pago.

No entanto, ao receber a *bolsa aluguel*, os ex-moradores eram obrigados a sair dos abrigos. Isso gerou diversos problemas, visto que muitas vezes o dinheiro recebido não era suficiente para alugar uma casa na região<sup>8</sup>, e muitos proprietários os recusavam caso

---

<sup>6</sup> Participaram da operação a Polícia Militar do Estado de São Paulo e a Guarda Civil Municipal de São José dos Campos.

<sup>7</sup> Desse total, 400 reais são pagos pelo Governo Estadual de São Paulo e 100 pela Prefeitura de São José dos Campos. O valor não foi reajustado até o presente momento, junho de 2016.

<sup>8</sup> Interlocutores(as) afirmam que o preço do aluguel havia subido muito após a reintegração de posse devido ao aumento da procura na região.

soubessem que eram do Pinheirinho, além de terem de faltar ao trabalho para procurar uma casa, correndo o risco de perder o emprego (BARRETTI, 2015). Esse estigma já acontecia desde o começo da *ocupação*, quando os moradores tinham de esconder que participavam do *acampamento* para conseguir emprego ou até mesmo atendimento no posto de saúde<sup>9</sup> do Campo dos Alemães, bairro vizinho. Atualmente, grande parte dos ex-moradores usam do Aluguel Social para alugar uma casa na zona Sul, mas há casos de migração para a zona rural de São José dos Campos, outras cidades próximas e até mesmo retorno às terras natais, geralmente no Nordeste do país. Por conta disso, alguns perderam contato com o *movimento*.

Diante disso, já em 2013, o MUST iniciou uma negociação com a nova gestão da Prefeitura<sup>10</sup> para construção de um conjunto habitacional através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), destinado exclusivamente aos ex-moradores da *ocupação*. No entanto, a proposta inicial da Prefeitura era de construir apartamentos, o que não lhes satisfazia, já que, segundo os ex-moradores, eles foram expulsos de suas casas, então que fossem construídas casas, e não apartamentos<sup>11</sup>. Foi nesse momento que, segundo a *coordenação* do MUST, a aliança do *movimento* com o PSTU começou a ser afetada, visto que o partido propunha aceitar os apartamentos, que seria uma proposta com maiores chances de êxito. Porém, tanto a *coordenação* quanto os ex-moradores optaram, em votação em assembleia, por *lutar* para que fossem construídas casas, resultando, nesse momento, no rompimento com o partido. A Prefeitura cedeu ao *movimento*, e em um evento em São José dos Campos (SP) no dia 25 de março de 2014, a presidenta Dilma Rousseff (PT) assinou a ordem de serviço que permitia o início das obras das primeiras 1461 casas<sup>12</sup>, com previsão inicial de entrega para setembro de 2015, em um terreno cedido pelo município na região Sudeste da cidade, no limite de sua zona urbana.

---

<sup>9</sup> Uma das estratégias adotadas por eles para acessar esse serviço de saúde era utilizar o comprovante de endereço de algum conhecido afirmando que estava morando com essa pessoa.

<sup>10</sup> Depois de 16 anos de governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em São José dos Campos, com dois mandatos de Emanuel Fernandes (1997-2004) e de Eduardo Cury (2005-2012), o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu eleger seu candidato Carlinhos Almeida à Prefeitura nas eleições de 2012, mesmo ano da reintegração de posse. Segundo o movimento, foi nesse quadro que houve a possibilidade de diálogo para a construção das casas para os desalojados do Pinheirinho, visto que, até então, a cidade não estava inscrita no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Segundo Marrom, já havia uma conversa inicial com o então candidato do PT para a negociação do conjunto habitacional ainda em 2012, que tomou fôlego maior com a vitória eleitoral no mesmo ano.

<sup>11</sup> Muitos ali mantinham alguma fonte de renda extra como hortas, criações de pequenos animais como galinhas, e até mesmo pequenas oficinas em seus terrenos no Pinheirinho. Para além disso, argumentava-se que o alto número de idosos que moravam na *ocupação* prejudicaria a acessibilidade dos mesmos caso fossem para apartamentos.

<sup>12</sup> O Pinheirinho dos Palmares se insere na modalidade “Empresas” do PMCMV, que recebe recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), na qual o estado ou município — como é o caso em questão

No entanto, ainda havia a *luta* para que as casas fossem individualizadas, e não geminadas. A vitória só veio depois da assinatura da ordem de serviço, quando a Prefeitura, pressionada pela *coordenação* e ex-moradores, negociou diretamente com a construtora, que aceitou realizar a construção nesses moldes sem custos adicionais ao projeto<sup>13</sup>. Nesse momento, o terreno ainda estava sendo preparado para o levantamento das casas, com a terraplanagem quase concluída, o que permitiu essa mudança no meio do processo.

Porém, a execução da obra não saiu como planejado. Depois de paralisações nas obras no final de 2014, a construtora ElGlobal, contratada para tal empreendimento, cancelou o contrato com a Caixa Econômica Federal em março de 2015, alegando dificuldades financeiras. Em abril do mesmo ano, a Caixa escolheu a Realiza Construtora para assumir as obras, que optou por utilizar doze formas para fazer a concretagem das casas<sup>14</sup>, acelerando o ritmo da construção — para dar conta dos atrasos ocorridos anteriormente — e com uma qualidade maior, segundo a construtora.

Nesse cenário, então, o prazo estimado de entrega passou a ser março de 2016, o qual veio a ser novamente alterado para 30 de junho do mesmo ano. No entanto, a entrega das casas nessa data será apenas simbólica, visto que, mesmo com a maioria das casas já em estágio final de construção, ainda restam serem concluídas as obras de infraestrutura do futuro bairro, ou seja, o asfaltamento das ruas e instalação das redes de água, esgoto e energia elétrica.

## **2. A montagem das *pastas* e a importância das *listas*: a garantia da casa própria e suas mediações**

No final de maio de 2015, os ex-moradores foram convocados pelo *movimento* e pela Prefeitura para começarem a construir as *pastas* de documentos a fim de serem contemplados pelo Programa caso estivessem dentro dos critérios estabelecidos pela Caixa Econômica Federal. Dentre tais critérios, encontra-se a renda familiar inferior ou

---

— pode indicar famílias com renda de até R\$ 1600 mensais. A obra se divide em dois lotes, o Pinheirinho dos Palmares I, com 239 residências, e o Pinheirinho dos Palmares II, com 1461. No entanto, apenas o Pinheirinho dos Palmares II teve a ordem de serviço assinada, e é a que está com suas obras quase finalizadas e com previsão de entrega simbólica no final de junho de 2016.

<sup>13</sup> Fonte: [http://www.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia\\_id=17016](http://www.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia_id=17016) (acesso em 13 de junho de 2016).

<sup>14</sup> A ElGlobal usava blocos de cimento para tal, método considerado mais lento e caro pela nova construtora. A primeira construtora deixou as obras com apenas 23% do serviço realizado (fonte: <http://www.ovale.com.br/caixa-define-empiteira-que-vai-concluir-novo-pinheirinho-1.581336>, acesso em 13 de junho de 2016).

igual a R\$ 1600, não ter sido beneficiado por nenhum programa habitacional ou ter casa em seu nome, além de apresentar cópias dos documentos necessários, como Carteira de Identidade (RG) e certidão de nascimento. Porém, a depender do caso, também é necessário apresentar certidão de casamento, divórcio ou óbito (do(a) parceiro(a) falecido(a)), o que trouxe — e continua a trazer — problemas a diversos ex-moradores, deixando a situação da *pasta* como provisoriamente indeferida. Esta questão será explorada a seguir.

Nessa época, a previsão de entrega das casas já estava adiada para março de 2016, ou seja, a montagem das *pastas* de documentos estava sendo antecipada em pouco menos de um ano. Este fato é colocado pela *coordenação* como uma estratégia — negociada diretamente com a Prefeitura — a fim de garantir o direito à casa ao maior número possível de pessoas do Pinheirinho, visto que, dada a experiência do *movimento* com outras situações semelhantes, a requisição usual dos documentos se daria um ou dois meses antes da assinatura do contrato, fazendo com que muitos perdessem a casa devido à falta de algum tipo de documento. Diante dos prováveis problemas com a obtenção dos documentos, a antecipação da montagem das *pastas* daria tempo hábil para os ex-moradores conseguirem providenciá-las. Além dos casos mais simples, como a simples cópia de um RG ou algum outro documento de acesso mais fácil, havia outros mais difíceis de serem conseguidos.

O caso mais paradigmático está relacionado a casamentos, principalmente em caso de separação em que o Estado não foi notificado, ou seja, não foi feita a averbação da certidão de casamento. Como muitos dos que moravam no Pinheirinho tiveram um histórico de migração de outros estados para São Paulo<sup>15</sup>, o contato com antigos parceiros nesses locais de origem pode ter sido perdido, gerando um grande problema a ser enfrentado. Mesmo recorrendo à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, ainda encontram dificuldades para obterem tais documentos, visto que nem sempre há a cooperação da Defensoria Pública de outros estados para realizar o processo, como foi relatado por um defensor público da unidade de São José dos Campos<sup>16</sup>. Em outros casos, em que o contato com a(o) ex-esposa(o) ainda é mantido de alguma maneira, somente o tempo de se conseguir uma formalização da separação demoraria ao menos três meses<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> Principalmente do Nordeste do país, mas também da região Sul e Norte de Minas Gerais.

<sup>16</sup> Entrevista realizada com Jairo Salvador no dia 14 de agosto de 2015.

<sup>17</sup> Alguns relatos sugerem uma espera de pouco mais de seis meses para que o documento ficasse pronto e chegasse em São José dos Campos.

Como houve a dispersão da população do Pinheirinho por conta da reintegração de posse, muitos perderam o contato com a *coordenação* em um momento inicial, e só vieram a saber das negociações ao longo de 2015<sup>18</sup>, momento em que o fechamento das *pastas* estava sempre anunciado, mas também sempre sendo adiado por conta do atraso nas obras. Oficialmente, a finalização da montagem das *pastas* se daria no dia 29 de fevereiro de 2016, segundo publicação da Prefeitura no Boletim do Município do dia 05 de fevereiro do mesmo ano. Após isso, “[...] ocorrendo disponibilidade habitacional, será completada a lista de contemplados conforme dispõe a Portaria n. 412, de 6 de agosto de 2015, do Ministério das Cidades” (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2016, p. 3). No entanto, na prática, quem já havia aberto a mesma poderia apresentar os documentos faltantes ou com problemas até o dia da assinatura da ata da Prefeitura, que permite a *Caixa* redigir o contrato final a ser assinado. Essa primeira assinatura ocorreu nos dias 02, 03 e 10 de junho, mas novas chamadas podem vir a ocorrer até o dia da assinatura do contrato, marcada para os dias 22, 23 e 24 do mesmo mês.

Nesse sentido, observa-se a existência de diversos atores mediando o direito dos ex-moradores a obterem as casas. Primeiramente, e mais próximos a eles, está o MUST, que realiza assembleias quinzenais desde a reintegração de posse para passar informações sobre as situações em que se encontram. A partir de 2013, quando as negociações para construção do Pinheirinho dos Palmares ficaram mais sólidas, a centralidade das assembleias passou a ser o futuro bairro. Desde então, há *listas* de presença em praticamente todas essas reuniões realizadas, e, ao menos desde quando comecei a comparecer a elas, sempre é colocado que as pessoas que vão às assembleias terão prioridade nas escolhas das casas, seja para escolher o *setor* que pretendem morar seja caso algum imprevisto maior nas obras aconteça e as casas passarem a ser entregues em etapas.

Portanto, a *lista* ganha um grande peso nas assembleias, fazendo com que as pessoas comparecessem com uma antecedência cada vez maior para assiná-la. Tal importância se expressa até mesmo na maneira como minha presença é vista nas reuniões em determinadas circunstâncias. Por estar sempre fazendo anotações em um pequeno

---

<sup>18</sup> Assembleias quinzenais acontecem desde a reintegração de posse, em 2012. Acompanho tais assembleias desde o final de 2014, sendo nítido o aumento no número de pessoas que comparecem às mesmas atualmente. Nessa primeira imersão em campo, era possível contar com os olhos quantas pessoas estavam ali presentes, variando entre 60 a 100 pessoas aproximadamente. Já no começo de 2016, esse número foi aumentando aos poucos, passando para 300 e chegando a ter por volta de 1000 pessoas em uma assembleia recente, segundo a contagem do MUST.

caderno, em quase todas as assembleias que participei alguém me perguntava se eu estava anotando os nomes, fazendo referência à *lista* de presença. Outro momento que expressou tal importância aconteceu ao conversar com o coordenador responsável pela *lista* de presença em uma assembleia em que os ex-moradores iriam escolher os *setores*<sup>19</sup> no futuro bairro, não necessitando, portanto, desse controle nesse dia. Porém, nossa conversa era interrompida constantemente, tornando-a quase impossível devido ao intenso número de pessoas que perguntavam a ele se estava anotando os nomes, já que possuía, em mãos, o *livro preto* sempre usado para tal finalidade.

É o MUST o responsável em passar a *lista* de ex-moradores para a Prefeitura, que também já havia realizado um levantamento semelhante no dia da reintegração de posse, no *poliesportivo*. Como tal levantamento foi realizado em um momento de muita tensão, pois a polícia ainda os reprimia no abrigo provisório, foi feita uma espécie de fusão dessa *lista* com a do *movimento*, além daquela na qual constavam as pessoas que estavam recebendo o Aluguel Social. A Prefeitura, então, passou a disponibilizar seu corpo técnico para a montagem das *pastas*, quando os ex-moradores levavam os documentos necessários no próprio prédio do Paço Municipal e ficavam sabendo se restava algum documento a ser entregue ou se haveria algum problema no processo. Somente após passagem pela Prefeitura que as *pastas* seriam encaminhadas para a *Caixa*.

Diante disso, nos dias 02 e 03 de junho de 2016, com segunda chamada no dia 10 do mesmo mês, a Prefeitura convocou os ex-moradores que estavam com a *pasta* já deferida para comparecerem ao Centro da Juventude, a fim de assinarem os primeiros documentos que serão encaminhados à *Caixa*, para que esta possa redigir os contratos de cada casa a partir disso. Segundo funcionários da Caixa Econômica Federal também presentes, nestes dias foram chamadas 1296 famílias, que puderam ver em qual *quadra* e qual número do lote estavam designados. Tem-se, então, duas situações para estas famílias convocadas: as que já haviam escolhido o *setor* pretendido e as que não (seja porque faltaram na assembleia específica para tal seja porque optaram por não escolher nesse momento). No primeiro caso, tais famílias já estavam com o número do lote definido, visto que o

---

<sup>19</sup> Os (quatorze) *setores* compunham a forma de organização das casas no antigo Pinheirinho, onde assuntos específicos de cada um eram discutidos em assembleias próprias todas as terças-feiras. No futuro bairro, o Pinheirinho dos Palmares, a divisão se dará por *quadras*, que variam em área e, por consequência, em quantidade de casas entre si. Dessa forma, um *setor* pode vir a corresponder a diferentes números de *quadras* no futuro conjunto habitacional, embora nada garantido, ao menos por enquanto, que possam ter uma forma de organização política como a dos antigos *setores*, que possuía um coordenador e assembleias próprias. Enquanto as *quadras* representam exatamente um quarteirão na planta do Pinheirinho dos Palmares, os antigos *setores* não seguiam essa mesma lógica e abrangia um número muito maior de casas, por isso estes foram fracionados em mais de uma *quadra* no futuro bairro.



*movimento* havia sorteado previamente todos os que escolheram determinado *setor*<sup>20</sup>. No segundo caso, ou seja, as famílias que ainda não haviam escolhido o futuro *setor*, puderam selecionar no próprio mapa as casas que ainda não tinham sido sorteadas. Neste último caso, a grande maioria procurou ficar perto da entrada ou da avenida principal, locais que provavelmente passarão as linhas de ônibus do bairro. Assim, ao assinarem essa ata da Prefeitura nesse dia, já estavam consentindo com a designação da *quadra* e do lote, permitindo a *Caixa* dar início à redação dos contratos a serem assinados no final do mesmo mês.

Dessa maneira, pode-se perceber que o processo de aquisição das casas passa por diversos atores sociais e mediadores, e mesmo os documentos (*pastas, listas, atas, contratos, etc.*) possuem uma dimensão específica nessa situação. Desde os agentes estatais, como a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal, e suas próprias subdivisões, até a *coordenação* do MUST, a conquista da casa pelos ex-moradores é mediada e negociada entre os diversos atores. Para tal, tem-se uma categoria central desde os tempos do antigo Pinheirinho: a noção de *luta*.

### **3. Memória, *luta* política e casa: a lembrança do passado e a imaginação do futuro em ação no presente**

Dado que a atual pesquisa se insere em um contexto posterior à reintegração de posse, mas também à ocupação do Pinheirinho em si, a importância da memória para o processo de conquista das casas se faz presente em diversas dimensões da *luta* dos ex-moradores. Carsten (2007) salienta que as interconexões das relacionalidades no cotidiano

[a]pontam para uma miríade de articulações – de temporalidade, biografia pessoal, ligação familiar e processos políticos – que são manifestadas em disposições subjetivas ao passado e na imaginação de possíveis futuros. Eles sugerem, também, algumas formas e temas comuns que se repetem cruzando diversas localizações geográficas e contextos sociais que são emaranhados através dos ensaios que seguem: passados interrompidos por migração, trauma pessoal, ou agitação política (CARSTEN, 2007, p. 1-2, tradução minha).

---

<sup>20</sup> As pessoas puderam escolher entre manter o *setor* que moravam no antigo Pinheirinho e escolher qualquer outro sem precisar prestar qualquer justificativa. Desse modo, teve quem preferisse ficar perto dos antigos vizinhos e parentes e quem optou por se distanciar dos mesmos. Outros privilegiavam mais a localização no futuro bairro: perto ou longe da entrada, das avenidas principais, dos prováveis lugares mais agitados, etc.

A memória do *acampamento* e suas relações — que podem ter sido ou não mantidas até hoje — são postas na atual *luta* para obtenção das casas, visto que, desde a remoção forçada, o *movimento* realiza as assembleias quinzenais a fim de continuar batalhando por aquelas pessoas que compartilharam não apenas uma área comum denominada Pinheirinho, mas experiências de vida e cotidiano.

Como colocado anteriormente, as negociações em relação ao futuro conjunto habitacional começou com uma proposta de construção de apartamentos. Na época, em 2013, o PSTU ainda mantinha uma grande proximidade com a *coordenação*, e insistia para que aceitassem os apartamentos, por não acharem que conseguiriam algo além disto. Tanto os ex-moradores quanto o MUST estavam dispostos a continuar na *luta* pelas casas, como uma interlocutora me afirmou: “A gente batia na tecla que não queria apartamento. A gente não morava em apartamento, a gente morava em casa!”. Além disso, muitos mantinham alguma forma de fonte de renda com o terreno da casa, seja com pequenas plantações ou com criações de pequenos animais. Assim, em um momento crucial da relação do *movimento* com o PSTU, foi votado, em assembleia, se os ex-moradores queriam seguir na *luta* para conseguirem casas ou se aceitariam os apartamentos. Esse é considerado como o momento de rompimento com o partido, narrado pela *coordenação* e por ex-moradores.

Em seguida, a Prefeitura cedeu parcialmente, propondo a construção de casas geminadas. Embora a ordem de serviço tenha sido assinada com esse formato de casa em mente, os ex-moradores e o MUST pressionaram para que fossem lotes separados, tal como era no Pinheirinho, quando suas casas foram derrubadas em 2012, além de apontarem a provável falta de privacidade que compartilhar a mesma estrutura com outra família poderia trazer. A Prefeitura, então, negociou diretamente com a construtora ElGlobal para que fossem feitas casas individualizadas, e em maio de 2014 a mesma aceitou sem custo adicional ao projeto. Assim, a negociação, sempre narrada em termos de *luta* política, foi finalizada com lotes separados, trazendo para o contexto uma dimensão da *luta* política em que a noção de casa que os ex-moradores mobilizavam também pela memória de suas experiências na *ocupação* se pautasse frente à imaginação de um futuro no Pinheirinho dos Palmares.

É dessa maneira que a noção de casa e a memória da antiga *ocupação* são postas no presente através de sua *luta*. Um nítido exemplo são os atos de rua que o MUST convoca, como o que ocorre anualmente no dia 22 de janeiro tanto para lembrar a população

joseense do dia em que foram expulsos do Pinheirinho como para reivindicar o bom andamento das obras do futuro bairro. Esse exemplo também demonstra que

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Levar a memória em conta na etnografia “[...] não se limita a [apenas] uma interpretação do passado, mas é capaz de ilustrar sobre os usos da memória na reconstrução pessoal e na produção de referências cognitivo-emocionais e políticos” (JIMENO, 2011, p. 51, tradução minha). Assim, essa reconstrução de si através do sentimento de continuidade e coerência do grupo se revela através não apenas de atos como o descrito acima mas também através de categorias mobilizadas cotidianamente em diversas instâncias. Uma destas categorias, que é central para o processo político em que estão inseridos, é a de *luta* política.

A categoria “*luta*”, no entanto, recebe sentidos diferentes circunstancialmente. Como aponta Dias de Andrade (2013), ela pode se referir tanto a uma possível relação entre dois mundos, o “nós, pobre” e o “eles, ricos”, através do objetivo final da conquista da casa própria, quanto assumir um sentido mais abrangente com contornos cotidianos (p. 52). Durante as assembleias e conversas com os ex-moradores, essa relação se colocou em dois tipos de discurso e com sentidos diversos. A primeira, em que o sentido da categoria se refere a um termo político e a um espaço de disputa, é mais próxima às falas da *coordenação* ao microfone nas assembleias e atos políticos de rua, onde essa categoria é empregada a fim de mobilizar os ex-moradores em torno de uma pauta política geralmente associada à questão da moradia urbana ou ao processo de aquisição de suas casas em específico. A segunda, em seu sentido mais amplo, mantém proximidade nas falas dos ex-moradores — sejam eles da *coordenação* ou não — quando narram sua história pessoal ou processos atuais pelos quais estão passando, havendo com frequência a necessidade de superar desafios para conquistar algo e sair de alguma condição momentânea não desejada, como a perda de um emprego, por exemplo.

Dessa maneira, a continuidade do Pinheirinho é mobilizada, no contexto atual, através não apenas da memória do antigo *acampamento* como também através da noção de *luta* política, que permeia seus discursos de diversas maneiras e é mobilizada circunstancialmente com diferentes propósitos específicos. Seja pela *coordenação*, a fim

de colocar a pauta política em questão, tendo sempre em mente as futuras casas, seja pelos ex-moradores, a fim de vencer os percalços da vida, quando a *luta* é acionada como um meio, e não um fim, assimilada com a própria experiência de vida.

#### 4. Considerações finais

Diante do que foi exposto até aqui, pode-se verificar a importância de algumas esferas no processo no qual os ex-moradores do Pinheirinho se inserem. Tais esferas se relacionam de diferentes formas, sendo acionadas na medida em que são relevantes para o contexto presente.

Os documentos exigidos podem ser encarados como mais um obstáculo a ser vencido pela *luta* dos ex-moradores, visto que é parte do processo posto para que as casas possam ser, de fato, conquistadas. Através deles, percebe-se uma série de mediações nas quais os ex-moradores precisam lidar para tal objetivo, seja com o *movimento*, a Prefeitura ou a *Caixa*; cada uma delas com suas próprias peculiaridades e formas de relações diferentes. Também são neles que se expressam o meio da garantia da casa, fazendo com que sua relevância no contexto seja de tal importância que até mesmo minha presença em campo seja levada nesses termos em determinadas circunstâncias.

Assim, a *luta* política tem de lidar não apenas com a questão dos documentos, visto que o MUST *batalha* para que os problemas com maior recorrência sejam negociados com os outros agentes que participam do processo direta ou indiretamente. Exemplo disso é a questão do limite da renda, em que o *movimento* estava em negociação para que a mesma fosse retroagida para a data da desocupação, quando pouquíssimas pessoas passariam do valor imposto caso esta regra fosse mudada, já que o salário mínimo sofreu reajustes daquele momento para hoje, mas o limite permaneceu em R\$1600.

A categoria “*luta*” também atrai para si outras noções a serem postas em ação no atual processo, como a noção de casa, através da memória da antiga ocupação. Isso se expressa na persistência da *coordenação* e dos ex-moradores para que fossem construídas casas em lotes separados — e não apartamentos ou casas geminadas — dado que foram estas as destruídas na desocupação. Para além disso, mobiliza-se uma narrativa em que os apartamentos são colocados como locais inseguros, devido ao suposto tráfico de drogas que aconteceria — e dominaria — esses espaços, complementando a preferência por casas. Embora essa afirmação por parte dos ex-moradores possa ser objeto de uma apuração detalhada, a imaginação desses espaços nestes termos já é suficiente para que

haja um esforço em evitar tais locais, expressando-se, nesse contexto, através da própria *luta* no processo de obtenção das casas, em que o tipo de moradia se fazia importante marcando pautas do *movimento*.

A *luta* permeia, portanto, diversas outras categorias e é mobilizada e acionada a depender do contexto e de onde se fala durante o processo de habilitação das *pastas* e assinaturas de atas e contratos. É um meio usado pela *coordenação* e ex-moradores a fim de não apenas garantirem o direito à casa própria como também para vencer os diversos obstáculos que a vida lhes impõe, pois, como diz uma famosa frase usada por diversos movimentos sociais, “só a *luta* muda a vida”.

### ***Referências Bibliográficas***

BARRETTI, Fabricio (2015). Efeitos de uma reintegração de posse: o pós-Pinheirinho. Monografia de Graduação em Ciências Sociais, UFSCar.

CARSTEN, Janet (2007). Introduction: Ghosts of Memory. In CARSTEN, Janet (Ed.). Ghosts of Memory: Essays on Remembrance and Relatedness. Oxford: Blackwell Publishing.

DIAS DE ANDRADE, Inácio C. (2010). Movimento social, cotidiano e política: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto. São Paulo, Dissertação de Mestrado, PPGAS-USP.

\_\_\_\_ (2013). “A gente já nasce lutando”: a desocupação do Pinheirinho, a política entre o formal e o informal. Revista de Antropologia V. 56 Nº 1, São Paulo, USP.

JIMENO, Myriam (2011). Después de la masacre: la memoria como conocimiento histórico. Cuadernos de Antropología Social. No.33, pp. 39-52.

POLLAK, Michael (1992). Memória e Identidade Social. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 5, No. 10, pp. 200-215.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (2016). Boletim do Município nº 2306, 05 de fevereiro de 2016.